

# **Escola no Rio Grande do Sul (1889-1950)**

*ensino, cultura e práticas escolares*

José Edimar de Souza  
**Organizador**



© José Edimar de Souza

Revisão: Izabete Polidoro Lima

Formatação e paginação: Mateus Pasinato Scopel

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Universidade de Caxias do Sul  
UCS - BICE - Processamento Técnico

E74 Escola no Rio Grande do Sul (1889-1950) [recurso eletrônico] : ensino, cultura e práticas escolares / org. José Edimar de Souza. – Caxias do Sul, RS : EducS, 2020.  
Dados eletrônicos (1 arquivo)

ISBN 978-65-5807-017-1

Apresenta bibliografia.

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Escolas - Rio Grande do Sul. 2. Ensino primário. 3. Professores Formação. I. Souza, José Edimar.

CDU 2. ed.:373(816.5)

Índice para o catálogo sistemático:

- |                                |              |
|--------------------------------|--------------|
| 1. Escolas - Rio Grande do Sul | 373(816.5)   |
| 2. Ensino primário             | 373.3        |
| 3. Professores - Formação      | 37.011.3-051 |

Catalogação na fonte elaborada pela bibliotecária  
Michele Fernanda Silveira da Silveira – CRB 10/2334

**Direitos reservados à:**



EDUCS – Editora da Universidade de Caxias do Sul  
Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130 – Bairro Petrópolis – CEP 95070-560 – Caxias do Sul – RS – Brasil  
Ou: Caixa Postal 1352 – CEP 95020-972– Caxias do Sul – RS – Brasil  
Telefone/Telefax: (54) 3218 2100 – Ramais: 2197 e 2281 – DDR (54) 3218 2197  
Home Page: www.ucs.br – E-mail: educs@ucs.br

# 5.

## **A escolarização na cidade de Porto Alegre nas primeiras décadas do século XX**

*Natália de Lacerda Gil*

ANTES E DEPOIS

Porto Alegre, antes, era uma grande cidade pequena.  
Agora, é uma pequena cidade grande.

*Mário Quintana*

**P**ensar a cidade. Pensar a escola no espaço da cidade. É este o intuito da análise aqui proposta, cujo foco está em articular a dimensão do espaço geográfico – a cidade de Porto Alegre – com o processo histórico de escolarização. Nesse sentido, inicialmente, proponho uma breve síntese da discussão historiográfica a partir do campo da História da Educação, no que se refere às relações entre o espaço da cidade e a presença da escola. Logo em seguida, a intenção foi sublinhar a importância de considerar a diversidade que há nos modos de estar na escola, os lugares em que as escolas se localizam, os tempos de aprender (em termos de idade escolar e permanência), os tipos de escola. É nesse rumo que se organiza a análise empírica aqui apresentada, que estabelece como fontes principais legislação, relatórios do estado e relatórios de intendência municipal. Inicialmente, apresento os diversos tipos de escolas para o ensino primário existentes na cidade: aulas públicas, escolas municipais, escolas noturnas, escolas confessionais, etc. Por fim, apresento a questão da parca presença de *ginásios* no período analisado, criados todos por iniciativas particulares.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Uma exclusão que, neste artigo, só se justifica pelas limitações da própria autora são as escolas profissionais. A necessidade de preencher essa lacuna fica aqui mencionada como autoexigência para os próximos esforços de pesquisa.

## A escola e a cidade

Os tempos e espaços da escola têm recebido atenção de historiadores da educação, há mais de duas décadas. A atenção à historicidade desses elementos tem permitido avançar a compreensão da complexa trama que envolve educação e sociedade. Como nos lembram Faria Filho e Vidal (2000, p. 19), retomando o seminal estudo de Viñao Frago e Benito (1998), “nem o espaço, nem o tempo escolares são dimensões neutras do ensino, simples esquemas formais ou estruturas vazias da educação”. Daí a pertinência do estudo minucioso da arquitetura escolar, não apenas voltado à compreensão estilística, mas com olhar atento às suas implicações político-pedagógicas.<sup>2</sup>

Também a escola observada no espaço da cidade é questão que tem instigado algumas pesquisas.<sup>3</sup> Em larga medida, esses esforços investigativos partilham as motivações que fazem avançar a história das instituições escolares, buscando compreender, com a ajuda do conceito de cultura escolar, como os espaços institucionais expressam e integram em sua materialidade as representações em circulação, no âmbito educacional. Ou seja, nesses casos, o mais usual tem sido assumir a escola como objeto central de pesquisa, sendo importante manter a preocupação – como fazem muitos dos estudos mencionados – de não observá-la como se estivesse isolada no espaço social, apartada do contexto cultural, político e econômico (BRESSAN, 2013, p. 34). Associar a pesquisa sobre a história das instituições escolares e o conhecimento dos processos de urbanização, dos quais faziam parte dessas instituições, amplia as possibilidades de compreensão dos significados sociais da educação. Interessa, portanto, como já sugeriram Pessanha e Gatti Junior (2012), vincular também a análise do tempo urbano e do espaço escolar – como também do tempo escolar e do espaço urbano –, com

---

<sup>2</sup> Apenas para citar algumas das publicações fundamentais sobre esse tema em relação à escola brasileira, menciono Buffa (2002), Dórea (2003), Bencostta (2005), Ermel (2011), Grimaldi (2016).

<sup>3</sup> A esse respeito ver Veiga (1994), Faria Filho (2000), Pessanha e Silva (2006), Possamai (2009), Oliveira (2012), Bica (2013), Bressan (2013), Dias (2014), Grimaldi (2014), Moraes (2015) e Popiolek (2016).

vistas à produção de um modo profícuo de compreensão dos processos educativos de uma determinada cidade, como também para identificação das aspirações socialmente construídas, em torno da escolarização de sua população. Assim, para a história do processo de escolarização, a articulação dessas duas dimensões merece especial atenção:

[...] atentando para questões referentes aos espaços e tempos escolares e sociais (e aos métodos pedagógicos), temos a possibilidade de interrogar o processo histórico de sua produção, mudanças e permanências, contribuindo para descobrirmos infinitas possibilidades de viver e, dentro da vida, formas infinitas *de fazer a e do fazer-se da* escola e de seus sujeitos (FARIA FILHO; VIDAL, 2000, p. 21).

Em que pese o muito que tal perspectiva pode permitir avançar no conhecimento do que se passava nas escolas, das representações sociais sobre educação partilhadas em dado período, sobre os sentidos e a simbologia vinculados ao prédio escolar, penso que é preciso dar igual atenção ao estudo do significado da escola na vida da cidade – e o conhecimento de sua presença no cotidiano da população. Vale lembrar que, se grande comparecimento teve a menção laudatória dos “templos do saber” na propaganda republicana e nos discursos político-educacionais, que circularam no espaço público, as escolas isoladas e escolas de improviso foram quantitativamente mais expressivas, durante ainda longo tempo no século XX (LUCHESE; KREUTZ, 2012; GIL, 2016). Além disso, fato incontornável da história da educação brasileira, a expansão das vagas escolares foi lenta e insuficiente, arrastando-se ao longo de todo o século XX (FREITAS; BICCAS, 2009). É nesse sentido que o presente artigo pretende configurar-se em contribuição. Proponho, no encontro entre a História da Educação e a História Social, ampliar a compreensão, não apenas da história das instituições escolares ou sua presença na cidade, mas avançar o conhecimento acerca da *experiência* de escolarização. Afinal, na dinâmica urbana, a cada período, quem ia à escola? A quais escolas iam diferentes grupos

sociais? Quais foram as resistências ao modelo de escola imposto? Como a ocupação do espaço citadino viabilizou ou dificultou os processos de escolarização, não para uma população genérica, mas considerando-se as diferentes classes sociais, os diferentes pertencimentos socioculturais?<sup>4</sup> Assim, esta pesquisa partilha com a História Social o interesse pelos modos de organização da sociedade, pelos sistemas que estruturam as diferenças e desigualdades (BARROS, 2005) e, dadas as implicações daí advindas, pelo processo de escolarização.

A cidade aqui em foco é Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul. O registro de sua história remonta ao século XVIII, quando se tem notícia da ocupação do território pela expedição da primeira sesmaria nos Campos de Viamão (região na qual se insere a atual cidade de Porto Alegre). Em 1808, foi elevada à vila e, em 1822, tornou-se cidade. Na segunda metade do século XIX, Porto Alegre experimenta alterações na dinâmica urbana que lhe conferem algumas características semelhantes às das modernas cidades europeias:

As transformações sociais e econômicas se mostravam visíveis através de múltiplos sinais de progresso e de desenvolvimento urbano, como encanamentos d'água (1861), o Mercado Municipal (1869), iluminação a gás (1874), a primeira Companhia de Seguros (1879), o Serviço Telefônico (1884) e outros tantos empreendimentos (BARROSO, 2010, p. 29).

Assim, a cidade adentra o período republicano com ares de capital digna das benesses da modernidade e segue implementando melhorias na vida cotidiana da população citadina. No entanto, os planos grandiosos de modernização propostos pelo governo municipal, na figura dos Intendentes, esbarraram no alto custo das obras e na escassez de recursos (BAKOS, 1996). Nas primeiras décadas do século XX, é forçoso observar que a “burocratização e

---

<sup>4</sup> Essas perguntas têm orientado meus esforços de pesquisa. Evidentemente, dadas as restrições de extensão colocadas a um capítulo como este, não tenho intenção de aqui respondê-las completamente.

o controle deficiente sobre o orçamento caracterizaram o funcionamento emperrado e caótico dos serviços” (BAKOS, 1996, p. 99).

Ponto de ligação entre o interior e o Litoral desde o século XIX, Porto Alegre vai se tornando um centro comercial. A economia porto-alegrense baseava-se no charque e na lavoura; aos poucos também experimentou formidável avanço industrial e, “chegando a década de 1930, Porto Alegre mostrava-se como a primeira cidade industrial do estado, com supremacia nos ramos de alimentos e bebidas” (BARROSO, 2010, p. 32). O entusiasmo dos Intendentes com a industrialização e a modernização urbana fez com que, a despeito da falta de recursos e à custa do endividamento público, a cidade fosse ganhando feição de cidade próspera:

Setores da burguesia emergente passaram a impor remodelações urgentes na cidade em face às ruas e estradas já saturadas que não davam conta do movimento e das transações comerciais. Novas avenidas foram rasgadas, dinamizando as comunicações e os ganhos dos setores da economia em franco crescimento. Surgiram amplas avenidas, como a Júlio de Castilhos, a Borges de Medeiros e a Alberto Bins (são Raphael). Por consequência, o centro passou a se ligar mais diretamente com os arredores e os bairros (BAKOS, 1996, p. 31).

Mas os desejos de pujança econômica e progresso, tão caros aos positivistas que monopolizaram a cena política naqueles anos (1897-1937), tiveram que enfrentar o avesso da moeda. No mesmo período, “a imprensa versa frequentemente sobre ‘o outro lado’ de Porto Alegre, onde não há vida elegante, cafés ou cinemas repletos, revelando aspectos da miséria anônima nas ruas e nos ‘pardieiros urbanos’” (BAKOS, 1996, p. 31-32). A população da cidade ultrapassava cem mil habitantes já na primeira década do século XX. A pequena vila, local de acolhida dos imigrantes que chegavam pelo porto, destinando-se às colônias no interior do estado, território de resistência à escravidão em que se instalou a população negra, residência de um operariado combativo que

não se furtava às greves (BARROSO, 2010), transformou-se em cidade grande, com as potências e os problemas inerentes. Monteiro (1995) explicita, para o caso de Porto Alegre, a estreita articulação entre os planos de reorganização do espaço urbano e as intenções de contenção da população pobre, da expressão de sua sociabilidade e de suas manifestações culturais. Desse modo, observa-se que

as reformas atendiam à nova concepção burguesa de cidade veiculada pela elite, o centro deveria ser o lugar da conduta “civilizada”, como lê-se em um jornal da época: “Os arrebaldes estão aí para e devem ser habitados pelos proletários. Na cidade propriamente dita, só devem residir os que podem se sujeitar às regras e preceitos da burguesia [*Gazetinha*, 3/3/1896]” (MONTEIRO, 1995, p. 34).

Daí a reforma tributária dos anos 1920, que aumentava o imposto predial para casas térreas, de modo a incentivar que as construções no centro da cidade tivessem dois ou mais andares, e a ação da polícia que prendia por variadas alegações, no cumprimento da lei, a população pobre que vagava pelas regiões centrais. Pode-se mesmo afirmar que

a burguesia e a elite dirigente movem uma cruzada contra a vadiagem, a mendicância, o jogo, a prostituição, o alcoolismo, a infância abandonada e os cortiços. Essa campanha é a parte mais visível de uma pedagogia social totalitária que pretendia estabelecer novos padrões de vida e os valores da burguesia em ascensão: o trabalho como elemento de grandeza moral, fator de progresso e obrigação social, a operosidade, a higiene pessoal e dos espaços de convívio social, a intimidade familiar, a boa aparência, o cultivo da moral reta, o conforto material, a previdência, a economia etc. Combatendo hábitos “populares” almejava-se criar um “homem novo” dotado de senso de responsabilidade, de ordem e de trabalho. Era necessário erradicar costumes “bárbaros” herdados do passado e tudo mais que pudesse

impedir a integração das classes populares à sociedade moderna [...] (MONTEIRO, 1995, p. 81).

A vasta produção de pesquisa em História da Educação tem proficuamente evidenciado a centralidade da escola no projeto da elite para a moralização da sociedade. Em concordância com essas interpretações, interessa aqui compreender como foi se estabelecendo a escola nesse espaço coabitado pela burguesia e pelo operariado, partilhado entre pobres e endinheirados. Quais e para quem se destinavam as instalações escolares existentes em Porto Alegre, nas primeiras décadas do século XX,<sup>5</sup> é o foco de análise a seguir.

### **Uma mesma cidade, diversas escolas e escolas diversas**

A escola de primeiras letras, depois chamada *primária*, surge na legislação brasileira ao longo do século XIX, prefigurando a escolarização de toda a população, mas em um quadro de heterogeneidade de ações e intenções (VIDAL; SÁ; SILVA, 2013). Como era atribuição de cada província legislar acerca da educação em sua circunscrição, as características e a compulsoriedade da escola diferiram de um ponto a outro do País. No caso do Rio Grande do Sul, a obrigatoriedade da frequência à escola aparece em lei em 1871, restrita àqueles que fossem livres, tivessem entre 7 e 15 anos e residissem a um quilometro de alguma escola pública. Ou seja, o que se nota é que, mesmo na lei, a abrangência da escolarização era limitada naquele período. O recenseamento da população brasileira, realizado em 1872, indicava para o município de Porto Alegre (contabilizando suas sete freguesias) um total de 42.048 habitantes, dos quais 7.868 tinham entre 6 e 15 anos (indicada no relatório do recenseamento como população escolar). Desse grupo etário, 2.110 frequentavam

---

<sup>5</sup> A periodização foi estabelecida em função do conjunto de fontes consultado. Assim, inicia-se em 1897, data do primeiro Relatório da Intendência de Porto Alegre, e encerra-se em 1929, data do último Relatório dos Negócios do Interior e do Exterior do Rio Grande do Sul.

a escola, sendo 954 meninas e 1.156 meninos (BRASIL, 1876). Em relatório de 1875, Rodrigo Azambuja Villanova, diretor-geral da instrução pública, afirmava que “o estado da instrução elementar [...] está longe de ser lisonjeiro [...] há grande número de crianças que se acham privadas dos benefícios da instrução” (RELATÓRIO, 1975, p. 4 *apud* LUCHESE, 2013, p. 280). Mesmo entre aqueles previstos pela lei, segundo os relatórios do período, a frequência às aulas podia não acontecer, por razões variadas, tais como o fato de os pais não enviarem os filhos à escola e também a necessidade de que as crianças trabalhassem desde cedo para compor o sustento da família. Na cidade de Porto Alegre, a situação não dava mostras de ser diferente do que se observava, no geral, no território sul-rio-grandense.

Depois de instaurada a República, já no início do século XX, começam a funcionar em Porto Alegre alguns tipos de escola, que ofertavam instrução primária, também chamada de ensino elementar naquele período. As escolas isoladas são o modelo herdado do período imperial e longa vida tiveram na região, representando, ainda nos anos 1940, a maioria das matrículas (GIL, 2016). Funcionando frequentemente em locais improvisados, tais escolas eram providas de um(a) professor(a) que lecionava para alunos de diferentes idades e adiantamentos, frequentando todos uma mesma sala de aula. Nas escolas mistas, caso funcionassem em dois turnos, era possível que as aulas de meninas e meninos acontecessem separadamente. Difícil precisar quantas escolas desse tipo funcionaram em cada período, visto que a inspeção era falha e também porque a escola poderia ter sido criada, mas manter-se sem provimento de professor e, portanto, sem atender aos alunos. Segundo Relatório dos Negócios do Interior e do Exterior, do Estado do Rio Grande do Sul, em 1924, havia 60 escolas isoladas providas em Porto Alegre. Em 1906, pelo Decreto n. 874, foram criadas quatro escolas complementares, uma das quais na capital. Na escola complementar funcionava também o curso de instrução primária, espaço destinado à formação das professoras, já que, segundo o texto legal, essa escola tinha “caráter prático e profissional com o fim de desenvolver o ensino elementar e preparar candidatos ao magistério público primário”.

Em 1909, pelo Decreto n. 1.474, instaurando no estado o modelo escolar seriado, foram criados nove colégios elementares para funcionarem no interior. Ermel detalha que,

em Porto Alegre, dois colégios elementares foram criados em janeiro e fevereiro de 1913, sendo, respectivamente, o Colégio Elementar Fernando Gomes, localizado no Primeiro distrito da capital, Rua Duque de Caxias e, o Colégio Elementar Souza Lobo, no Terceiro distrito, na Rua Bahia. O Colégio Fernando Gomes recebeu um prédio especialmente construído para tal fim, que foi entregue às aulas somente no ano de 1920, sete anos depois da criação do colégio (2018, p. 3).

Em 1915, foi criado outro desses colégios na capital, o Colégio Elementar Voluntários da Pátria (no centro de Porto Alegre). Em 1914, mais um tipo de escola passa a integrar o conjunto de instituições de ensino primário sul-rio-grandenses, os grupos escolares. Eram escolas seriadas, de funcionamento semelhante ao dos colégios elementares, mas tinham menor quantidade de matrículas e infraestrutura insuficiente para funcionarem como aqueles. Porto Alegre recebeu um dos grupos escolares criados naquele ano no estado.

Para que se possa ter uma ideia geral das escolas existentes em Porto Alegre (rurais e urbanas), passado esse período de instalação dos variados tipos de escola, seguem abaixo, à guisa de síntese, as informações apresentadas no Relatório dos Negócios do Interior e do Exterior de 1924:

#### **Quadro 1 – Estabelecimentos de ensino existentes no município**

	N.	Matrícula total
<b>Escola complementar</b>	1	2.620
<b>Colégios elementares</b>	4	2.363
<b>Grupos escolares</b>	2	553
<b>Escolas isoladas</b>	60	1.224

<b>Escolas subvencionadas pelo governo do estado</b>	17	557
<b>Escolas municipais</b>	11	284
<b>Escolas particulares</b>	58	9.635
<b>Total</b>	153	17.236

**Fonte: RELATÓRIO, 1924, p. 64 (adaptado pela autora).**

No período entre 1907 e 1928, no Estado do Rio Grande do Sul, assiste-se a um primeiro ciclo de atenção dos governantes à construção de prédios para o funcionamento da escola primária (ERMEL, 2017). De acordo com Possamai (2009), referindo-se a semelhante período, pode-se argumentar que

grande número de imagens fotográficas, em que as edificações escolares são o motivo de foco, mostra a importância da presença dessa instituição no espaço urbano da cidade [...] A presença desses edifícios na capital era mais um elemento a atestar a modernização pela qual passava Porto Alegre e da qual se orgulhava o grupo republicano no poder (2009, p.149).

O movimento de construção de escolas, considerando sua localização e o tamanho das edificações, fornece alguns indícios do público ao qual se destinava a escolarização. Por exemplo, a instalação do Colégio Elementar Souza Lobo (1913), numa zona industrial da cidade, evidencia a intenção de atender ao operariado; assim como a construção do Grupo Escolar Tristeza (1927), fora do perímetro central, é indício da importância que a educação escolar aos poucos adquiria nos arredores (POSSAMAI, 2009). A presença dos prédios escolares não é, contudo, evidência suficiente de escolarização da população. Ter escola instalada nas proximidades do local de residência era apenas uma das condições necessárias para que as crianças frequentassem as aulas. Uma questão imprescindível para aferição do acesso à educação assenta na dinâmica econômica da cidade e, portanto, no emprego ou não de mão de obra infantil nas atividades laborais. A própria noção de infância tem estado vinculada a isso. A criança passou progressivamente a ser designada como quem

vai à escola, e uma parte da população, embora compreendendo idades entre 9 ou 10 anos, quando precisando trabalhar pelas condições socioeconômicas de sua origem, até recentemente deixou de figurar na categoria infância (GOUVEIA, 2004).

Para atender aos trabalhadores (crianças e adultos), a Intendência de Porto Alegre preocupou-se em criar escolas primárias noturnas. Tal necessidade aparece expressa, já em 1900, quando o intendente propõe a utilização do prédio de uso do ginásio durante o dia para funcionamento da Escola Benjamin Constant, que ofereceria aulas noturnas e gratuitas destinadas aos operários. O Intendente esperava contar com o esforço de “profissionais que se ofereceram para lecionar à noite na Escola Benjamin Constant sem remuneração” (INTENDÊNCIA, 1902, p. 19). A dotação orçamentária do município era considerada insuficiente para prover o funcionamento das aulas. Ano após ano, o Intendente José Montaury de Aguiar Leitão lamentava a impossibilidade de instalar o curso pela falta de recursos e reiterava a estima que tinha por essa proposição, “reconhecendo o grande serviço que prestará ao proletariado esta casa de instrução” (INTENDÊNCIA, 1904, p. 38). É apenas em 1911 que Porto Alegre assiste à criação de três escolas noturnas por iniciativa da municipalidade: Hilário Ribeiro (criada em 1911), Bibiano de Almeida (1912) e Apollinario Porto Alegre (1918). Em 1926, o Relatório da Intendência informava que estavam “installadas sete escolas municipais destinadas a dispensar o ensino gratuito a operarios e pessoas pobres, tanto adultos como menores, sendo quatro nocturnas e três diurnas” (MUNICÍPIO, 1926, p. 399). Quatro delas estavam localizadas nos limites urbanos de Porto Alegre, e duas encontravam-se no 8º e 9º distritos. Além disso, a Intendência informava que havia também 17 escolas subvencionadas pelo governo estadual, localizadas na zona rural.

As razões que motivavam a escolarização da classe trabalhadora eram apresentadas em Relatório da Intendência:

Não sendo licito negar os primeiros elementos de instrução a quantos por seus affazeres e labuta não pódem frequentar as escolas mantidas pelo benemerito Governo

do Estado, têm as nocturnas municipaes admittido á admissão individuos de maior idade, facilitando-lhes, assim, instrucção elementar (RELATÓRIO, 1920, p. 157).

No entanto, a observação da composição etária do alunado evidencia uma maior presença de crianças e adolescentes, levados a cursar a escola primária à noite, seja porque trabalhavam durante o dia, seja pela insuficiência de escolas diurnas nas regiões de residência:

### **Quadro 2 -Matrícula de alunos por idade, na Escola Noturna Hilário Ribeiro**

<b>De 6 a 10 anos</b>	24
<b>De 11 a 15 anos</b>	73
<b>De 16 a 20 anos</b>	24
<b>De 21 a 30 anos</b>	4
<b>Maior de 30 anos</b>	1
<b>Total</b>	126

**Fonte: RELATÓRIO, 1920, p. 157 (adaptado pela autora).**

A preocupação em escolarizar a população trabalhadora articulava-se ao projeto de moralização da sociedade, como já foi mencionado. Daí o sentido de criação das escolas pelo município, complementando os esforços reconhecidamente insuficientes do governo estadual. É igualmente nesse sentido que se pode compreender a criação, em 1912, na Escola Noturna Hilário Ribeiro, de uma aula de música e outra de ginástica sueca, “no intuito de proporcionar aos alumnos não só attractivo e interesse pelo estudo como tambem elementos de educação artistica e proporcionar-lhes meios de desenvolvimento physico e hygienico” (RELATÓRIO, 1920, p. 157).

Os colégios particulares também envidaram esforços para minimizar a lacuna de escolarização disponível aos trabalhadores. Algumas instituições particulares ofereciam curso primário noturno gratuito, aproveitando o prédio escolar no horário em

que não funcionava o curso regular. É o caso do Ginásio Anchieta, como se vê no elogio feito pelo intendente:

Não menos digno de menção é o Curso Nocturno gratuito que o Gymnasio mantém desde o anno de 1921. Este Curso Nocturno tem por fim proporcionar aos operarios e meninos pobres, victimas innocentes do desamparo e da ignorancia, alguns conhecimentos uteis para a vida. Inestimavel bem tem feito o Gymnasio a estes nossos patricios que, labutando durante o dia, á noite se dirigem ao Anchieta, para adquirirem os conhecimentos necessarios á vida ou aperfeçoar-se nelles (RELATÓRIO, 1926, p. 156-157).

Efetivamente, a ação de particulares (congregações religiosas, corporações de membros da elite, associações étnicas, indivíduos isolados), em prol da educação na cidade de Porto Alegre, merece ser observada com atenção (POPIOLEK, 2016). Nesse aspecto, cabe ressaltar que o sentido da iniciativa particular, para a criação e manutenção de escolas, naquele período, difere do que se estabeleceu na legislação brasileira, na segunda metade do século XX. Feita a análise com cuidado historiográfico, é importante notar, conforme sugerem Gil e Popiolek (2020), ancoradas nas teorizações de Bourdieu (2014):

A ação de particulares na educação em Porto Alegre, no período aqui analisado, se inscreve no âmbito de preocupações com questões públicas. Isso não equivale a dizer que, portanto, as iniciativas particulares seriam desinteressadas. Ao contrário, sugere considerar que todas as ações, públicas ou privadas, atrelam-se a interesses que decorrem das posições sociais ocupadas por indivíduos engajados no jogo social e que não se limitam aos interesses conscientes e explícitos (GIL; POPIOLEK, 2020, p. 9).

As escolas particulares que se instalaram na cidade desempenharam importante papel na formação das elites da capital, como daquelas vindas do interior do estado, e também atenderam

interesses de grupos específicos que as mantinham, como nas escolas italianas, alemãs e israelitas. O conjunto das escolas particulares não integrou um grupo homogêneo, caracterizando-se, ao contrário, pela diversidade de intenções, de públicos aos quais se destinava, de regras de funcionamento. O estudo feito por Popiolek (2016) permite dizer que estiveram em funcionamento em Porto Alegre, no período, uma quantidade expressiva de instituições particulares de ensino:<sup>6</sup> a escola da Società Vittorio Emanuele II (criada em 1877), o Colégio Americano (1885), o Colégio de Meninos da Associação Beneficente Alemã/Colégio Farroupilha (1886), o Colégio Anchieta (1890), a Società Italiana di Beneficenza e Istruzione Principessa Elena di Montenegro (1893), a Sociedade Águia Branca de Porto Alegre (1897), a Società di Beneficenza ed Istruzione Umberto I (1900), a Escola Tadeusz Kosciusko (1900), o Colégio Sevigné (1900), o Colégio Concórdia (1902), o Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho (1905), o Colégio Marista Nossa Senhora do Rosário (1904), o Instituto São Francisco – Santa Família (1907), o Colégio Nossa Senhora das Dores (1908), o Colégio Cruzeiro do Sul (1912), o Colégio Santo Antônio (1913), a Fundação Pia do Pão dos Pobres de Santo Antônio (em 1910 inicia-se o funcionamento das escolas Dom Feliciano e Dom Sebastião no âmbito da Fundação), o Colégio São Luiz (1917), o Colégio Champagnat (1920), o Colégio Nossa Senhora da Glória (1922), o Colégio Israelita Brasileiro (1922), o Instituto Porto Alegre – IPA (1923), a Pia Instituição Pedro Chaves Barcellos (1924), o Colégio Batista (1926), o Colégio Marista São Pedro (1927), o Colégio La Salle São João (1928). As escolas católicas são um bom exemplo da diversidade de propósitos que motivou a criação e instalação de tais escolas, o que contribui para explicar a quantidade de instituições criadas na cidade, às vezes a apenas poucas quadras de distância: havia escola exclusivamente para meninos (é o caso do Colégio Rosário) e outras só para meninas (como os Colégios Bom Conselho e Sevigné); algumas eram internatos, outras, externatos ou, ainda, associavam os dois formatos; podiam se destinar apenas à preparação de padres (caso do Colégio Champagnat) ou serem abertas à população em idade escolar.

---

<sup>6</sup> A informação detalhada de cada escola encontra-se em Popiolek (2016).

Em todos os casos, porém, observa-se que a “comercialização do ensino não era o objetivo principal, mas sim a possibilidade de ampliar e, ao mesmo tempo, influenciar a educação dos habitantes, não só da capital, como do interior do Rio Grande do Sul” (GIL; POPIOLEK, 2020, p. 13). Tais escolas não recebiam regularmente subsídios do estado e, portanto, para se manter, precisavam contar com recursos do grupo ao qual se destinavam. Assim, cobravam mensalidades, mas havia outros arranjos possíveis, como a concessão de bolsas a alguns alunos e o recebimento de subsídios de entidade mantenedora e da municipalidade.

Mas foi, certamente, na oferta de ensino secundário que tais instituições cumpriram papel mais destacado, no que tange à história da escolarização em Porto Alegre. Dada a incapacidade de o estado garantir a oferta desse nível de ensino, durante a primeira metade do século XX esteve nas mãos das instituições particulares a possibilidade de continuidade dos estudos da juventude porto-alegrense e, nesse caso, quase exclusivamente daquela pertencente às elites. A ausência de oferta de ensino secundário público era um antigo problema no Rio Grande do Sul. Em Relatório de 1876 já era mencionada essa dificuldade:

Não funcionando o estabelecimento destinado á instrucção secundaria na provincia [Athenô Rio-Grandense], é ella ministrada unicamente nos diversos collegios particulares existentes, e a leitura da estatística das aprovações nos exames preparatorios feitos no anno findo deixa vêr que esta parte do ensino é nelles vantajosamente cuidada. [...] Em uma provincia como esta tão bem fadada de intelligencias, que só carecem á semelhança das plantas do indispensavel cultivo, para desabrochar com todo o vigor de sua opulenta seiva, a instrucção derramada profusamente por todas as classes da sociedade representa um capital inexgotavel, uma conquista mais duradoura que a das armas, um beneficio real, digno de eterna gratidão (FALLA..., 1876, p. 22).

Nas décadas seguintes, a situação se manteve. Em Relatório da Intendência de Porto Alegre, em 1925, a informação era que “a

instrução média ou superior desenvolve-se, exclusivamente, no terreno franqueado á livre iniciativa individual” (RELATÓRIO, 1925, p. VII). Além de não haver nenhuma instituição pública ofertando ensino secundário, o único ginásio equiparado,<sup>7</sup> na capital, era o do Instituto Júlio de Castilhos, criado por iniciativa de um conjunto de homens da elite local que organizou a Escola de Engenharia.<sup>8</sup>

A elite sul-rio-grandense ansiava a ampliação do ensino secundário, e isso explica a iniciativa, em 1926, do Intendente do Município, Octavio Francisco da Rocha, que “municipaliza o Ginásio Anchieta, dando-lhe a denominação de ‘Ginásio Municipal Anchieta’”. O Anchieta era uma instituição de ensino particular, organizada por jesuítas. Após a municipalização, deveria adotar o programa do Colégio Pedro II, embora se mantivesse regida por estatuto próprio. No acordo firmado, ficava estabelecido que a instituição de ensino se comprometia a “admittir, gratuitamente, 20 alumnos, por accôrdo entre a Directoria do Gymnasio e o Intendente” (RELATÓRIO, 1926, p. 158) e deveria permitir que o intendente exercesse a fiscalização do ginásio livremente. O município de Porto Alegre, por sua vez, assumia subvencionar esse Ginásio, de acordo com valores a serem estabelecidos pelo Conselho Municipal, além de isentar a instituição de ensino do pagamento de impostos e taxas municipais. Seguiram-se a esse ato também a municipalização do ginásio feminino Bom Conselho, em 1927, e dos ginásios Nossa Senhora do Rosário e Seigné (este como seção feminina), ambos em 1928. Na apresentação dos motivos, a Intendência ressaltava a importância da iniciativa para formação da juventude porto-alegrense:

---

<sup>7</sup> A emissão de certificados e diplomas de ensino secundário, reconhecidos oficialmente, era atribuição exclusiva do Colégio Pedro II, que se localizava no Rio de Janeiro. A partir de 1901, algumas poucas instituições públicas e particulares nos estados foram equiparadas àquele colégio e puderam emitir diplomas reconhecidos.

<sup>8</sup> O Colégio Estadual Júlio de Castilhos foi criado como Gymnasio do Rio Grande do Sul, em 1900, pela Escola de Engenharia. Sua função era preparar os alunos para prestarem o exame de ingresso na Instituição. Em 1908, teve sua denominação alterada para Instituto Gymnasial Júlio de Castilhos e, entre 1916 e 1943, chamou-se Instituto Júlio de Castilhos (ESPERANÇA, 2011). Em 1942, tornou-se escola estadual.

A população da capital terá a lucrar, pois ficará com dois excellentes gymnasios – o “Julio de Castilhos”, mantido pela benemerita Escola de Engenharia e o “Anchieta”, dirigido pelos grandes mestres que são os sacerdotes da Companhia de Jesus, cuja cultura é conhecida em todo o mundo (RELATÓRIO, 1926, p. 156-157).

Em 1928 e 1829, pelos Decretos n. 4.087 e n. 4.385, o governo do Rio Grande do Sul criava o Ginásio do Estado, composto por instituições católicas inicialmente municipalizadas e também pelo Ginásio Júlio de Castilhos. Cabe destacar que

integrarem o Ginásio do Estado, no entanto, não significou tornarem-se escolas públicas no sentido que damos atualmente ao termo. A distinção que aparece nas publicações do período assenta-se nas categorias “ginásios religiosos” e “ginásio leigo” (referindo-se ao Ginásio Júlio de Castilhos que também integrava o Ginásio do Estado) (GIL; POPIOLEK, 2020, p. 15).

Em 1942, promulgada a Lei Orgânica do Ensino Secundário, com validade para todo o País, tal arranjo foi suprimido e tanto as escolas públicas como as particulares, obrigadas a seguir o que estabelecia a legislação federal em termos curriculares e de funcionamento, passaram a emitir certificados e diplomas.

## **Considerações finais**

**O**s esforços de investigação direcionados ao conhecimento da escola em articulação com a história urbana foram elementos estruturantes deste artigo. Trata-se da intenção de aproximar, ainda mais, a História da Educação da História Social, permitindo compreender a historicidade da instituição escolar, sem perder o contato com a complexidade do espaço em que se inseria. Muito ainda pode ser feito nesse sentido, sublinhando as sociabilidades e as circulações, identificando as resistências aos

projetos de escolarização e reconhecendo as ações educativas menos evidentemente identificadas como tal, quando se faz a História da Educação. Aqui a intenção foi mais modesta. Interessava-me compor um panorama que permitisse ter uma ideia menos enevoada da presença da escola primária e do curso ginásial, no cotidiano da cidade de Porto Alegre e de sua população, nas primeiras décadas do século XX: Quais escolas? Para quais alunos?

A análise permitiu notar a parca presença da temática entre as preocupações da gestão municipal, em comparação com o que se observa nos relatórios do governo estadual. Isso se coaduna com resultados de outras pesquisas, sobre o Rio Grande do Sul e sobre outros estados do Brasil, que evidenciam a tendente concentração das questões da instrução pública no nível estadual na República, como já tinha ocorrido com as províncias, no período anterior. Nos Relatórios da Intendência Municipal de Porto Alegre, a criação de escolas e as preocupações com a educação da população assumem caráter complementar, para suprir lacunas.

Outro aspecto central refere-se à compreensão do debate e das ações dos governos acerca da educação no município, como uma questão eminentemente pública. É em defesa de interesses públicos, no sentido da modernização da cidade e da moralização da sociedade, que a preocupação em ampliar a escolarização se apresenta. É importante notar, contudo, que as escolas, mesmo quando criadas e mantidas por particulares, eram defendidas como fundamentais ao desenvolvimento de Porto Alegre, mas isso – em concordância com o que pesquisas sobre outras regiões do País também têm indicado – em duas frentes de ação complementares: a boa formação das elites, para que fossem capazes de bem conduzir, e a educação do povo, de modo a inserir os trabalhadores na sociedade moderna e moralizar os costumes que estivessem em desacordo com a cidade que pretendiam que fosse civilizada.

## Referências

BAKOS, Margaret Marchiori. **Porto Alegre e seus eternos intenedentes**. Porto Alegre: Edipucrs, 1996.

- BARROS, José D'Assunção. A história social: seus significados e seus caminhos. **LPH – Revista de História da UFOP**, n. 15, p. 1-23, 2005.
- BARROSO, Vera Lúcia Maciel. Porto Alegre: funções e papéis de uma cidade polo. In: POSSAMAI, Zita Rosane (org.) **Leituras da cidade**. Porto Alegre: Evangraf, 2010. p. 17-54.
- BENCOSTTA, Marcus Levy. **História da educação: arquitetura e espaço escolar**. São Paulo: Cortez, 2005.
- BICA, Alessandro Carvalho. **A organização da educação pública municipal no governo de Carlos Cavalcanti Mangabeira (1925-1929) no município de Bagé, RS**. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado: cursos no Collège de Frande (1989-1992)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. **Recenseamento do Brasil em 1872. Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger, 1876. v. 10.
- BRESSAN, Renan Gonçalves. Urbanização e escolarização nos estudos sobre instituições escolares. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, v. 13, n. 3, p. 29-56, set./dez. 2013.
- BUFFA, Ester. **Arquitetura e educação: organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas, 1893-1971**. São Carlos: Brasília: EdUFSCar, Inep, 2002.
- DIAS, Amália. **Entre laranjas e letras: processos de escolarização no distrito-sede de Nova Iguaçu (1916-1950)**. Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2014.
- DÓREA, Célia Rosângela Dantas. **Anísio Teixeira e a arquitetura escolar: planejando escolas, construindo sonhos**. 2003. Tese. (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.
- ERMEL, Tatiane de Freitas. **O “gigante do alto da bronze”**: um estudo sobre o espaço e arquitetura escolar do Colégio Elementar Fernando Gomes em Porto Alegre, RS (1913-1930). 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação/PPGE, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

ERMEL, Tatiane de Freitas. **Arquitetura escolar e patrimônio histórico-educativo:** os edifícios para escola primária pública no Rio Grande do Sul (1907-1928). 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação/PPGE, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

ERMEL, Tatiane de Freitas. O lugar da escola primária: os espaços adaptados na história da educação de Porto Alegre nas primeiras décadas do século XX. *In:* ANPED SUL, 12., 2018, Porto Alegre, 2018.

**Anais [...]**, Porto Alegre, 2018.

ESPERANÇA, Antonio Cesar dos Santos. **O ensino de matemática no Instituto Júlio de Castilhos:** um estudo sobre as provas do curso Complementar. 2011. Dissertação (Mestrado em Ensino de Matemática) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

**FALLA dirigida à Assembléa Legislativa da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo presidente, dr. José Antonio de Azevedo Castro, em a segunda sessão de 16.a legislatura.** Porto Alegre: Typ. do “Rio Grandense”, 1876.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios:** cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo: UPF, 2000.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 19-34, ago. 2000.

FREITAS, Marcos Cezar de; BICCAS, Maurilane de Souza. **História social da educação no Brasil (1926-1996).** São Paulo: Cortez Editora, 2009.

GIL, Natália. Pequenos focos de luz: as escolas isoladas no período de implantação do modelo escolar seriado no Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 16, n. 2, p. 261-284, abr./jun. 2016.

GIL, Natália de Lacerda; POPIOLEK, Carine Ivone. “É sempre de utilidade pública qualquer medida que venha estimular as iniciativas em prol do desenvolvimento do ensino”: ação pública e particular na escolarização de Porto Alegre (1897-1942). **Revista de História e**

**Historiografia da Educação**, v. 3, n. 8, p. 113-134, mai.-ago. 2019.

GOUVEIA, Maria Cristina Soares de. Tempos de aprender: a produção histórica da idade escolar. **Revista Brasileira de História da Educação**, São Paulo, n. 8, p. 265-289, jul./dez. 2004.

GRIMALDI, Lucas Costa. **Espaço urbano e educação**: o papel das instituições escolares particulares na urbanização de Porto Alegre (1940-1970). 2014. TCC (Bacharelado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul 2014.

GRIMALDI, Lucas Costa. **Na sensibilidade da memória estudantil**: prédios e espaços escolares nas narrativas de estudantes em Porto Alegre (1920-1980). 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Secção de Saneamento. **Relatório do Dr. Intendente**. Porto Alegre, 1897-1904.

LUCHESE, Terciane Ângela; KREUTZ, Lúcio. Das escolas de improviso às escolas planejadas: um olhar sobre os espaços escolares da Região Colonial Italiana, Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, v. 12, n. 2, p. 45-76, maio/ago. 2012.

LUCHESE, Terciane. História da obrigatoriedade escolar no Rio Grande do Sul. In: VIDAL, Diana Gonçalves; SÁ, Elizabeth Figueiredo de; SILVA, Vera Lucia Gaspar da (org.). **Obrigatoriedade escolar no Brasil**. Cuiabá/MT: EDUFMT, 2013. p. 275-301.

MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre**: urbanização e modernidade: a construção social do espaço urbano. Porto Alegre: Edipucrs, 1995.

MORAES, Fernanda. **O processo de escolarização pública na Vila de Cotia no contexto cultural caipira (1870-1885)**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente Eng.º Octavio Francisco da Rocha, em 15 de outubro de 1926**. Porto Alegre: Oficinas Graphics d'A Federação, 1926.

OLIVEIRA, Maria Augusta Martiarena de. **Instituições e práticas escolares como representações de modernidade em Pelotas (1910-1930): imagens e imprensa.** 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.

PESSANHA, Eurize Caldas; SILVA, Fabiany de Cássia Tavares. Tempo de cidade, lugar de escola. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, n. 5, p. 109-121, jan./dez. 2006.

PESSANHA, Eurize Caldas; GATTI JUNIOR, Décio (org.). **Tempo de cidade, lugar de escola: história, ensino e cultura escola em “escolas exemplares”** Uberlândia: Edufu, 2012.

POPIOLEK, Carine Ivone. **As instituições de ensino particulares em Porto Alegre (1927-1957): aspectos relacionados entre tempo, espaço e cidade.** 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

POSSAMAI, Zita Rosane. Uma escola a ser vista: apontamentos sobre imagens fotográficas de Porto Alegre nas primeiras décadas do século XX. **História da Educação**, Pelotas, v. 13, n. 29, p. 143-169, 2009.

QUINTANA, Mario. **Mario Quintana.** Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2005.

**RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, presidente do estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protasio A. Alves, secretario de estado dos negocios do interior e exterior em 6 de setembro de 1924.** Porto Alegre: Oficinas Graphicas d’A Federação, 1924.

**RELATÓRIO apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Eng<sup>o</sup> Octavio Francisco da Rocha em 15 de outubro de 1925.** Porto Alegre: Oficinas Graphicas d’A Federação, 1925.

**RELATÓRIO apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Eng<sup>o</sup> Octavio Francisco da Rocha em 15 de outubro de 1926.** Porto Alegre: Oficinas Graphicas d’A Federação”, 1926.

**RELATÓRIO apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente José Montaury de Aguiar Leitão na sessão ordinária de 1920.** Porto Alegre: Oficinas Graphicas d’A Federação, 1920.

VEIGA, Cynthia Greive. **Cidadania e educação na trama da cidade**: a construção de Belo Horizonte em fins do século XIX. Campinas: Unicamp, 1994. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

VIDAL, Diana Gonçalves; SÁ, Elizabeth Figueiredo de; SILVA, Vera Lucia Gaspar da (org.). **Obrigatoriedade escolar no Brasil**. Cuiabá: EDUFMT, 2013.

VIÑAO FRAGO, Antonio; BENITO, Agustín Escolano. **Currículo, espaço e subjetividade**: a arquitetura como programa. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.